

Sumário

Abreviaturas, ix

Apresentação, xi

Prefácio, xiii

1 Introdução, 1

1.1 Objeto deste estudo, 1

1.2 Organização e desenvolvimento do trabalho, 6

2 Fraude de Execução: Terminologia, Premissas Conceituais e Hipóteses Legais, 9

2.1 Considerações de caráter terminológico, 9

2.2 Em torno do conceito da fraude de execução, 12

2.3 As hipóteses da fraude de execução na legislação atual, 19

2.3.1 Pendência de ação fundada em direito real, 20

2.3.2 Pendência de ação que possa reduzir o devedor à insolvência, 22

2.3.3 Outras hipóteses expressamente previstas em lei, 25

2.3.3.1 Quitação pelo devedor de débito de terceiro penhorado, 26

2.3.3.2 Alienação de bens dentro do termo legal da falência, 27

2.3.3.3 Alienação de bens após a inscrição de crédito tributário como dívida ativa, 29

2.3.3.4 Transferência do bem de família para imóvel mais valioso?, 31

2.3.3.5 Alienação de bem penhorado, arrestado ou sequestrado?, 33

2.4 Conclusões preliminares sobre a fraude de execução, 34

- 3 O Estado da Questão: o Elemento Subjetivo como Requisito para Configuração da Fraude de Execução Conforme o Entendimento Dominante, 36**
 - 3.1 Identificação do entendimento dominante, 36
 - 3.2 Críticas ao entendimento dominante, 41
- 4 Confronto entre o Entendimento Dominante e a Hipótese aqui Proposta à Luz da Legislação Atual, 45**
 - 4.1 Irrelevância da má-fé nos casos do inciso I do artigo 593 do CPC e naqueles do inciso II em que a notícia da pendência da ação conste de registro público, 46
 - 4.2 Irrelevância da má-fé do devedor, 49
 - 4.3 Em que consiste a “má-fé” exigida para configuração da fraude de execução?, 52
 - 4.4 Inexistência de regra excepcional de distribuição do ônus da prova, 55
- 5 O Efeito do Reconhecimento da Fraude de Execução: Inoponibilidade do Limite Patrimonial do Terceiro à Atividade Executiva, 60**
- 6 Proposta de Metodologia para Análise da Fraude de Execução, 67**
 - 6.1 Ação fundada em direito real ou que possa reduzir o devedor à insolvência, 67
 - 6.2 Ato de alienação ou oneração do bem, 69
 - 6.3 Bem sujeito a registro público ou não, 71
 - 6.4 Momento processual da prática do ato: registro possível ou não, 71
 - 6.5 Terceiro imediato ou mediato, 72
 - 6.6 Sugestão de metodologia para se aferir a presença da má-fé do terceiro adquirente, 72
- 7 Conclusão, 83**

Referências Bibliográficas, 85